

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação - SEED.
Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica.
Curitiba: SEED, 2008, p. 50-54.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA GEOGRAFIA

⁹ A formação continuada tem como objetivo valorizar os profissionais de educação, com a produção de material didático destinado aos alunos, o "Projeto Folhas", e também o OAC (Objeto de Aprendizagem Colaborativa) que é uma pesquisa teórico-metodológico da ação docente e tem como interlocutores os professores da rede estadual de ensino.

A análise acerca do ensino de Geografia começa pela compreensão do seu objeto de estudo. Muitos foram os objetos da Geografia antes de se ter algum consenso, sempre relativo, em torno da ideia de que o *espaço geográfico* é o foco da análise. Entretanto, a expressão *espaço geográfico*, bem como os conceitos básicos da Geografia – lugar, paisagem, região, território, natureza, sociedade – não se autoexplicam. Ao contrário, são termos que exigem esclarecimentos, pois, a depender do fundamento teórico a que se vinculam, refletem posições filosóficas e políticas distintas.

No esforço de conceituar o objeto de estudo, de especificar os conceitos básicos e de entender e agir sobre o *espaço geográfico*, os geógrafos de diferentes correntes de pensamentos se especializaram, percorreram caminhos e métodos de pesquisas diferentes, de modo que evidenciaram e, em alguns momentos, aprofundaram a dicotomia Geografia Física e Geografia Humana.

Essa dicotomia permanece até hoje em alguns currículos universitários, assim como em algumas práticas escolares. Diante disso, propõe-se um trabalho conjunto que vise superar a dicotomia entre Geografia Física e Humana, parte do construto histórico com o qual os professores de Geografia convivem pedagógica e teoricamente há muito tempo.

Nestas Diretrizes Curriculares, o objeto de estudo da Geografia é o *espaço geográfico*, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade (LEFEBVRE, 1974), composto pela inter-relação entre *sistemas de objetos* – naturais, culturais e técnicos – e *sistemas de ações* – relações sociais, culturais, políticas e econômicas (SANTOS, 1996).

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1996, p. 51).

A partir dessa perspectiva, os objetos geográficos são indissociáveis das ações humanas, mesmo sendo objetos naturais. Mas, o que são as ações?

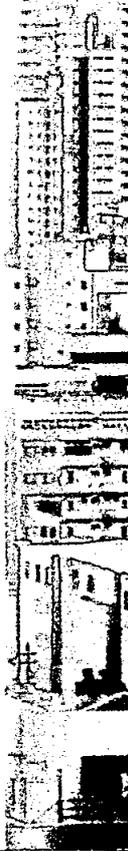
A ação é o próprio homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. [...] As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. [...] As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. [As ações] conduzem à criação e ao uso dos objetos, formas geográficas. [...] As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações, não se geografizam indiferentemente. [...] O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido. (SANTOS, 1996, p. 67-70).

GOI

npo
ande

SSO

PA

O GR
DO S

O objeto aqui – espaço geográfico – é entendido como interdependente do sujeito que o constrói. Trata-se de uma abordagem que não nega o sujeito do conhecimento nem supervaloriza o objeto, mas antes, estabelece uma relação entre eles, entendendo-os como dois polos no processo do conhecimento. Assim, o sujeito torna-se presente no discurso geográfico (SILVA, 1995).

A espacialização dos fatos, dinâmicas e processos geográficos, bem como a explicação das localizações relacionais dos eventos em estudo são próprias da análise geográfica da realidade. Nesse sentido, numa perspectiva crítica, algumas perguntas devem orientar o pensamento geográfico e o trabalho do professor, tais como:

- Onde?
- Como é este lugar?
- Por que este lugar é assim?
- Por que aqui e não em outro lugar?
- Por que as coisas estão dispostas desta maneira no espaço geográfico?
- Qual o significado deste ordenamento espacial?
- Quais as consequências deste ordenamento espacial?
- Por que e como esses ordenamentos se distinguem de outros?

Tais perguntas, orientadoras da reflexão sobre o espaço e o ensino da Geografia, embora considerem como pressupostos alguns dos *princípios* da Geografia clássica, superam-nos em complexidade e diferenciam-se em método. Para respondê-las, conforme a concepção de espaço geográfico adotada nestas Diretrizes, é necessário compreender a intencionalidade dos sujeitos (ações) que levou às escolhas das localizações; os determinantes históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos de tais ações; as relações que tais ordenamentos espaciais pressupõem nas diferentes escalas geográficas e as contradições socioespaciais que o resultado desses ordenamentos produz. Para essa interpretação, tomam-se os conceitos geográficos e o objeto da Geografia sob o método dialético—

Nem todos os conceitos considerados nestas Diretrizes, reconhecidos como básicos para o ensino de Geografia, foram desenvolvidos ao mesmo tempo e por todas as linhas teóricas desta ciência. Cada linha teórica enfatizou e desenvolveu alguns conceitos e não outros. Essas linhas vinculavam-se a diferentes visões teóricas e políticas de apropriação e dominação do espaço e isso determinava a maneira como construíram seus quadros conceituais.

Por isso, ao considerar a Geografia uma ciência institucionalizada recentemente (final do século XIX), o papel do Estado-Nação, principal gestor do espaço geográfico, foi (e ainda tem sua importância) fundamental para suas construções e reformulações teórico-conceituais. Nos períodos históricos em que o Estado-

Nação era fortemente presente e decidia como governar o território nacional, ainda que atrelado aos interesses do capital, a construção de conceitos e a leitura política do espaço foram marcadas pelo olhar estatal sobre o espaço.

Mais recentemente, no período em que o Estado-Nação deixou de exercer algumas de suas antigas prerrogativas, as relações político-territoriais que se estabeleceram levaram a uma revisão do quadro teórico-conceitual da Geografia. Assim, nas considerações a seguir, será central, como substrato e contexto, a compreensão dos diferentes papéis historicamente vividos pelo Estado e sua relação com o espaço geográfico.

Os conceitos de *paisagem*, *região* e *território*, por exemplo, foram inicialmente tratados pela chamada Geografia Tradicional, no final do século XIX e início do XX. Naquele período, de diferentes maneiras, tais conceitos eram associados ao papel e/ou aos interesses do Estado. Na perspectiva teórica da Geografia Tradicional, tinham um significado diverso do que é dado a eles agora pela vertente crítica da Geografia. Atualmente, o conceito de território, por exemplo, foi ampliado, ressignificado e associado às relações de poder presentes nas diversas escalas geográficas, para além da tutela exclusiva do Estado-Nação. Distinções e diferenças relativas ao conteúdo desse conceito poderiam ser destacadas em outras correntes teóricas que não tiveram grande importância no ensino de Geografia no Brasil.

Por sua vez, o conceito de *lugar* ganhou destaque com a chamada Geografia Humanística, em meados do século XX, que trouxe a dimensão afetiva e subjetiva para os estudos a respeito do espaço. Sob a nova ordem mundial, a vertente crítica da Geografia ressignificou o conceito de lugar, pois o discutiu em sua relação com o processo de globalização da economia e, de algum modo, considerou seus aspectos subjetivos, enfatizando as potencialidades políticas dos lugares em suas relações com outros espaços, próximos e/ou distantes.

Já os conceitos de *sociedade* e *natureza* perpassaram, de formas diversas, os quadros teóricos da Geografia. Em cada linha teórica, o enfoque foi distinto, porém como par conceitual, eles compõem o pensamento e ultrapassam a condição de conceitos básicos da Geografia, de modo que se tornam categoria de análise do espaço geográfico.

Ao considerar que esses conceitos se constituíram e reconstituíram em diferentes momentos históricos, em função das transformações sociais, políticas e econômicas que definem e redefinem maneiras e ritmos de produzir o espaço e elaborar o pensamento, é fundamental que se explicitem quais referenciais teóricos são adotados nestas Diretrizes.

Entende-se que, para a formação de um aluno consciente das relações socioespaciais de seu tempo, o ensino de Geografia deve assumir o quadro conceitual das abordagens críticas dessa disciplina, que propõem a análise dos conflitos e contradições sociais, econômicas, culturais e políticas, constitutivas de



um determinado espaço.

A seguir, serão apresentadas considerações sobre a formação de alguns conceitos geográficos e seus diferentes vínculos políticos e ideológicos, para sua compreensão no campo das abordagens crítico-analíticas. O professor não deve, contudo, limitar-se às conceituações abaixo apontadas, podendo aprofundá-las com outras leituras.

um determinado espaço.

A seguir, serão apresentadas considerações sobre a formação de alguns conceitos geográficos e seus diferentes vínculos políticos e ideológicos, para sua compreensão no campo das abordagens crítico-analíticas. O professor não deve, contudo, limitar-se às conceituações abaixo apontadas, podendo aprofundá-las com outras leituras.